



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Informação nº: 35/2020 – DIASP 1

Brasília/DF, 24 de abril de 2020.

Processo nº: 00600-00000674/2020-11

Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF

Assunto: Representação

Valor Envolvido: R\$ 5.092.313,27

Ementa: Representação com pedido de liminar de autoria da empresa **RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli**, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face da Dispensa de Licitação nº 453/2020, para contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Contrato nº 067/2020-SES. Conhecimento e diligência à SES/DF.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de Representação apresentada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020 destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para tratamento de pacientes com COVID-19.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

ADMISSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO	
1.1 – Representante:	RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, CNPJ nº 20.936.189/0001-36.
1.2 – Teor da Representação:	<p>A Representante alega ter sido alijada da Dispensa de Licitação apesar de ser possuidora de amplo acervo técnico-operacional, vasta experiência em obras públicas e ter apresentado preço mais vantajoso.</p> <p>Nesse sentido, informa que foi divulgada a Ratificação da Dispensa de Licitação nº 453/2020 constando como vencedora do certame a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27, com a proposta no valor global de R\$ 5.092.313,27 (cinco milhões, noventa e dois mil, trezentos e treze reais e vinte e sete centavos), embora a Representante tenha apresentado proposta mais vantajosa, no valor de R\$ 4.405.470,12 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e doze centavos), atendido às exigência do Projeto Básico e comprovado a capacidade técnico-operacional para cumprir a obra no prazo especificado no Ofício nº 453/2020, de 01.04.2020.</p> <p>Alega a Representante que apesar da apresentação de reiterados pedidos administrativos junto à SES/DF, não lhe foram disponibilizadas as decisões que culminaram na sua inabilitação por parte do Setor de Licitações da SES/DF.</p> <p>Acrescentou que recebeu reiteradas negativas de disponibilização da integralidade dos documentos enviados pela empresa contratada durante o processo de dispensa de licitação.</p> <p>Por fim, requer a concessão de medida cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF a fim de obstar a continuidade da obra, iniciada desde o dia 15.04.2020, para construção do hospital de campanha no Estádio Nacional, sob alegação da existência de boletins de informação quanto ao quadro de evolução da COVID-19 demonstrando que os leitos atualmente disponíveis no DF já seriam suficientes para atender à população, principalmente nesse período de isolamento decretado pelo Governo Distrital, até que o Tribunal delibere sobre a matéria.</p>

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Requisitos	S/N/NA	Observação:
2.1 - Os representantes são legitimados?	SIM	Art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993
2.2 - A Representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.3 - A Representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

2.4 - A Representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada (inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	
2.5 - A Representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	
2.6 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (inciso I do § 6º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	

3. ANÁLISE

Requisitos	S/N/NA	Motivação
3.1 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º do art. 230 do RI/TCDF?	SIM	
3.2 – Há necessidade de realização de inspeção?	NÃO	-
3.3 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF?	SIM	

ANÁLISE

2. A Representação apresentada pela empresa **RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli**, CNPJ nº 20.936.189/0001-36, aponta a existência de indícios de irregularidades no processo de Dispensa de Licitação nº 453/2020, que culminou na formalização do Contrato nº 067/2020 (Processo SEI ° 00060-00129560/2020-83), com a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27.

3. Conforme alegado, a SES/DF teria descartado proposta financeira mais vantajosa, com o gravame de estar omitindo os motivos que ensejaram a inabilitação da Representante, com possível afronta ao princípio do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

contraditório por não ter sido oportunizado o direito de recorrer contra a decisão que lhe foi desfavorável.

4. Em face do exposto, ante a existência de indícios de irregularidades no procedimento de seleção denominado Dispensa de Licitação nº 453/2020 - SES/DF, as quais podem ter resultado em prejuízo ao Erário, entende-se presentes os requisitos necessários para o conhecimento da exordial, no sentido de que seja assinado prazo para que a SES/DF se manifeste em relação aos fatos alegados pela Representante e disponibilize o acesso à integralidade do Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83.

5. Por fim, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório, dar ciência dos fatos à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27, oportunizando que se manifeste acerca das alegações contidas na Representação.

PROPOSIÇÕES

6. Ante o exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Relator que vier a ser designado, com vistas à adoção das seguintes medidas:

- I. tomar conhecimento da Representação protocolada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – Eireli, CNPJ nº 20.936.189/0001-36 (peça 3, e-DOC 6FB5F9F0);
- II. deliberar sobre o pedido de medida cautelar pleiteado pela Representante;
- III. determinar à Secretaria de Estado de Saúde que, no prazo de 5 (cinco) dias:
 - a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;
 - b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

- IV. assinar prazo de 5 (cinco) dias para que a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos mencionados na Representação;
- V. autorizar:
- a) o envio de cópia da Representação, da presente Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser prolatada à SES/DF e à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27;
 - b) dar ciência da Decisão que vier a ser prolatada à Representante, informando-lhe que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush;
 - c) o retorno dos autos à SEASP, para as providências pertinentes.

À superior consideração.

Assinatura Eletrônica
Luciana Rocha de Melo Alvim
Auditora de Controle Externo

De acordo.
À elevada consideração do senhor Secretário.
Em 24 de abril de 2020.

Assinatura Eletrônica
José Vitor Akegawa Pierre
Diretor – DIASP 1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde

Despacho - SES/SINFRA

Brasília-DF, 02 de maio de 2020.

Ao SAG,

Senhor Secretário Adjunto de Gestão em Saúde,

Trata-se o presente do Processo TCDF 674/2020-98-e, autuado em virtude da representação com pedido cautelar manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020, destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19.

1. DO BREVE HISTÓRICO E MOTIVO DA CONTRATAÇÃO

Inquestionável, pública e notória é a atual luta internacional de enfrentamento ao novo Corona Vírus - COVID-19.

Como bem enfatiza o Plano de Contingência para Epidemia da Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) do Distrito Federal, em 31 de dezembro de 2019, a China comunicou à Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a ocorrência de um surto de doença respiratória aguda grave, na província de Hubei, com maior concentração de casos na capital Wuhan. Nas semanas seguintes, foram detectados casos em outras províncias da China, que concentrava aproximadamente 99% dos casos ocorridos em todo o mundo (até 12 de fevereiro de 2020). Outros países também foram afetados, com predominância da ocorrência de casos importados da China, embora há registro de transmissão autóctone em alguns países. A evolução da situação levou a OMS a declarar o evento como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020, conforme estabelece o Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005).

Nesse contexto, considerando a organização do Plano Nacional Contingência para Infecção Humana pelo Coronavírus 2019 (COVID – 19), em que as atividades previstas são elaboradas a partir de uma classificação de risco em três níveis de resposta (Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública) e tendo em vista que o Ministério da Saúde (MS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em 04 de fevereiro de 2020, a organização das ações a serem desenvolvidas pela SES/DF já parte desse nível de resposta.

Com isso, em estrito respeito aos ditames normativos da Lei 13.979/20 que dispõe sobre medidas para o “enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, que serviu de cenário para a declaração de estado de calamidade pública no Brasil. Dentre essas medidas encontra-se a flexibilização nas regras de aquisição e contratação de bens e de serviços destinados ao combate à crise, aliada a isto, cita-se ainda como base das ações, o teor do DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus e Plano de Contingência para Epidemia da Doença pelo Coronavírus

2019 (COVID-19) do Distrito Federal.

É o breve relato do necessário.

2. DA MANIFESTAÇÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO QUANTO ÀS QUESTÕES TÉCNICAS SINFRA.

Preliminarmente, cumpre- nos informar que em atendimento à DETERMINAÇÃO expressa do Senhor Secretário de Saúde, nos termos do Memorando Nº 106/2020 - SES/GAB (37735816), foi projetada a montagem e preparação do Hospital de Campanha no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, com a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), visando prevenir situação de calamidade pública tendo em vista que a capacidade de ocupação de leitos das unidades hospitalares na rede SES está esgotada.

Adiante, rememoremos que em resposta à grave situação epidemiológica, foi editada, em 06.02.2020, a Lei federal nº 13.979 que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”. Em seu art. 4º da Lei n. 13.979, de 06.02.2020, a estabeleceu hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Trata-se, com efeito, de criação de nova hipótese de dispensa de licitação, que se soma às demais previsões estabelecidas no art. 24 da Lei 8.666/93. Conforme mencionado acima, em 20.03.2020 foi editada a Medida Provisória nº 926/2020, que “altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”.

Neste viés, em seu artigo 4 e seguintes, a lei supramencionada elenca a forma e possibilidade de flexibilização das contratações, entre elas, exige a apresentação de Termo de Referência ou Projeto Básico Simplificado, obedecidos os seguintes requisitos:

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

I - declaração do objeto; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

II - fundamentação simplificada da contratação; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

III - descrição resumida da solução apresentada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

IV - requisitos da contratação; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

V - critérios de medição e pagamento; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

2020)

- a) Portal de Compras do Governo Federal; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)
- b) pesquisa publicada em mídia especializada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)
- VII - adequação orçamentária. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

Vale ressaltar o Decreto Distrital n. 40.475, de 28.02.2020, declarou “situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, pelo período de cento e oitenta dias, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus”. Razão pela qual a PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL editou o Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS que concluiu pela possibilidade jurídica das Contratações diretas, mediante dispensa de licitação, para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com fundamento no art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020.

Ante a mais que justificada situação, bem como iminente necessidade de contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha no sentido de implementar o Hospital de Campanha e criar 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), conforme condições e especificações constantes na Projeto Básico da Dispensa de Licitação (Lei nº 13.979/2020), todo o Processo foi elaborado e guiado pelos Princípios da Administração Pública, com total observância as normas e critérios técnicos de aceitação das propostas. Por oportuno, salientamos que a SUAG, nos termos do Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83, encaminhou publicação da Dispensa de Licitação com todos os requisitos e avaliação de propostas, conforme Documento Ofício Nº 453/2020 - SES/SUAG (38010201).

Passando para a sucinta análise das alegações prolatadas na Representação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, nos termos da Informação nº: 35/2020 – DIASP 1 (39441297) identifica-se em breve resumo que:

A Representante alega ter sido alijada da Dispensa de Licitação apesar de ser possuidora de amplo acervo técnico-operacional, vasta experiência em obras públicas e ter apresentado preço mais vantajoso. Nesse sentido, informa que foi divulgada a Ratificação da Dispensa de Licitação nº 453/2020 constando como vencedora do certame a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27, com a proposta no valor global de R\$ 5.092.313,27 (cinco milhões, noventa e dois mil, trezentos e treze reais e vinte e sete centavos), embora a Representante tenha apresentado proposta mais vantajosa, no valor de R\$ 4.405.470,12 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e doze centavos), atendido às exigência do Projeto Básico e comprovado a capacidade técnico-operacional para cumprir a obra no prazo especificado no Ofício nº 453/2020, de 01.04.2020. Alega a Representante que apesar da apresentação de reiterados pedidos administrativos junto à SES/DF, não

Ihe foram disponibilizadas as decisões que culminaram na sua inabilitação por parte do Setor de Licitações da SES/DF. Acrescentou que recebeu reiteradas negativas de disponibilização da integralidade dos documentos enviados pela empresa contratada durante o processo de dispensa de licitação. Por fim, requer a concessão de medida cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF a fim de obstar a continuidade da obra, iniciada desde o dia 15.04.2020, para construção do hospital de campanha no Estádio Nacional, sob alegação da existência de boletins de informação quanto ao quadro de evolução da COVID-19 demonstrando que os leitos atualmente disponíveis no DF já seriam suficientes para atender à população, principalmente nesse período de isolamento decretado pelo Governo Distrital, até que o Tribunal delibere sobre a matéria.

Ao receber tal Representação, o Eminente Relator MANOEL DE ANDRADE, em seu voto, de modo muito feliz em suas colocações, evidenciou que o pedido cautelar formulado não cumpriu com os requisitos *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, por insuficiência na fundamentação e documentação acostada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, como mostramos no trecho do Voto que segue:

Quanto ao pedido cautelar formulado, num juízo de cognição sumária, inerente ao momento processual, compulsando os documentos trazidos aos autos, em cotejo com as alegações constantes da peça exordial, **não vislumbro, ao menos nesta análise superficial, a presença dos requisitos autorizadores para tanto.**

Embora considere que os indícios de irregularidades, se confirmados, podem trazer toda sorte de prejuízos ao erário, o que, data vênica merece a devida atenção por parte deste Tribunal, **os elementos constantes dos autos não são suficientes para fundamentar a adoção de medida tão draconiana.**

Ressalte-se que a concessão da referida medida somente deve ocorrer em situações excepcionais quando retratados, concomitantemente, de modo potencializados, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, haja vista que, se assim não for, sua aplicação pura e simples pode banalizar o referido instituto descaracterizando-o.

Sublinhe-se que, dado o caráter de excepcionalidade absoluta que a permeia, para sua concessão faz-se necessário a constatação da coexistência dos pressupostos autorizares, o que não ocorre nos presentes autos.

Numa análise perfunctória, a princípio, **não vejo descrita nenhuma situação objetiva de perigo, atual ou iminente, que justifique a concessão da liminar pleiteada, notadamente porque o mero receio de prejuízo não autoriza o deferimento de medida cautelar. Portanto, ausente o requisito do *periculum in mora*.**

No tocante ao *fumus boni iuris*, apesar de identificar a existência de mínimos indícios, nesta hipótese, entendo que os mesmos não são suficientes para ensejar a adoção de medida cautelar. Não se pode confundir o referido requisito com a irresignação da Representante.

Dessa forma, destacando-se o caráter perfunctório do exame realizado, por todo que fora exposto, entendo que o pedido liminar feito à exordial, não merece deferimento.

É imperioso destacar que tal entendimento do Excelentíssimo Relator foi acompanhado por Unanimidade pelo Órgão Colegiado de Contas.

Este entendimento unânime teve integral força pelo fato de que a empresa não detém razão em suas argumentações, tampouco conseguiu provar suas alegações.

Conforme Parecer Técnico n.º 62/2020 - SES/SINFRA/DEA (38375652), a empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI sequer foi habilitada no Tecnicamente no Processo, pois não apresentou Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, que viesse a comprovar a execução de serviços de manutenção predial ou construção de edificações Hospitalares, compatível com o vulto e complexidade do objeto da Dispensa de Licitação em comento, nos termos do Item 7.2.2 da Dispensa de Licitação nº 453/2020 - SES/SUAG (38010201), como demonstramos no trecho do Parecer:

RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI ME

TJDFT - 38359765, pág. 25.

Ministério da Defesa - 38361435, pág. 1.

BRB - 38361602, pág. 1.

Secretaria de Estado de Cultura - GDF - 38361602, pág. 11.

A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE **PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS** NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações **hospitalares**, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação.

Além disso, não consta nos autos as Certidões de Acervo Técnico para os atestados do TJDFT e do BRB.

PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.

Portanto, não há se falar em análise de preço mais vantajoso, pois, nos termos da Dispensa de Licitação - Ofício Nº 453/2020 - SES/SUAG (38010201), a avaliação das propostas obedeceram os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor Preço pelo item, assim, compreende-se técnica e preço, como demonstramos parte da Dispensa:

Passada a fase de recebimento das propostas, as mesmas serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. **A empresa, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor preço pelo item** a ser adquirido, deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, que será feita por meio do correio eletrônico contantes da proposta, toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício Circular, bem como no Projeto Básico.

Quanto à suposta omissão e negativa de publicidades a que declarou licitante vencedora da DISPENSA DE LICITAÇÃO 453/2020, não vislumbramos negativa de informação nos autos como alega a empresa. Ainda, informamos que esta Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde em momento algum recebeu Recurso por parte da Empresa para averiguação de sua Inabilitação Técnica.

Ressaltamos, mais uma vez, nos termos do Item 7.2.2 da Dispensa de Licitação nº 453/2020 - SES/SUAG (38010201) que deve conter no Atestado de Capacidade Técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **a comprovação de que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação.**

3. DA CONCLUSÃO

Em limite ao âmbito desta SINFR, e por tudo que aqui fora analisado do ponto de vista técnico, S.M.J, restituímos os autos para Vossa Senhoria para que promova a resposta ao Órgão de Controle após análise superior desta manifestação somada à manifestação da SUAG, nos termos do Despacho - SES/SAG (39479558).

Atenciosamente,

ISAQUE COSTA DE ALBUQUERQUE

Subsecretário de Infraestrutura em Saúde



Documento assinado eletronicamente por **ISAQUE COSTA DE ALBUQUERQUE - Matr.1694631-6, Subsecretário(a) de Infraestrutura em Saúde**, em 04/05/2020, às 19:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **39486065** código CRC= **3795DD3E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Adjunta de Gestão em Saúde

Despacho - SES/SAG

Brasília-DF, 01 de maio de 2020.

PRAZO: 04 de maio

À SUAG,
À SINFRA,

1. Trata-se o presente do Processo TCDF 674/2020-98-e, autuado em virtude da representação com pedido cautelar manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020, destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19.
2. Considerando a decisão, 39441422:
(...)
II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, **no prazo de 5 (cinco) dias**:
 - a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;
 - b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020;
(...)
3. Encaminho para conhecimento e resposta aos itens acima listados com a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO
Secretaria Adjunta de Gestão em Saúde
Secretário-Adjunto



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO - Matr.1694636-7, Secretário(a) Adjunto(a) de Gestão em Saúde**, em 01/05/2020, às 18:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **39479558** código CRC= **3E029696**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00600-00000845/2020-89

Doc. SEI/GDF 39479558



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
 Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde
 Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Despacho - SES/SINFRA/DEA

Brasília-DF, 04 de maio de 2020.

À SINFRA

Senhor Subsecretário,

Trata-se do Processo TCDF 674/2020-98-e, autuado em virtude da representação com pedido cautelar manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020, destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19.

Através da Decisão nº 1225/2020, o Tribunal de Contas do Distrito Federal resolveu:

I – conhecer da representação manejada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, autuada nesta Corte sob o e-DOC nº. 6FB5F9F0;

II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;

O teor do Projeto Básico (37922468) que embasa a análise técnica é o que segue:

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 A empresa deverá comprovar capacidade técnica mínima para executarem os serviços contratados.

7.2 Para a habilitação técnica, a empresa a ser contratada deverá comprovar qualificação técnica por meio dos seguintes documentos:

7.2.1 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa a ser contratada e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

7.2.2 Atestado de Capacidade Técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação.

Informamos que o Parecer técnico (38375652), constante no processo 00060-00129560/2020-83, explicita os motivos pelos quais a área técnica foi desfavorável a habilitação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções, aos quais esta Diretoria de Engenharia e Arquitetura **RATIFICA** o posicionamento.

"...A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS, NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos

*autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações **hospitais**, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação.*

Além disso, não consta nos autos as Certidões de Acervo Técnico para os atestados do TJDF e do BRB.

PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS..."

Citamos parecer análogo ao citado em que o Tribunal de Contas em seu Voto referente a DECISÃO Nº 964/2020, relativa ao Processo n.º: 14.166/2019-e, esclarece:

Ofício nº 2282-2020 (38858586), processo SEI 00060-00162875/2020-32:

*"...No que se refere às duas outras questões suscitadas no feito, relativas à i) pertinência de se requerer atestado de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com característica administrativa ou hospitalar, a depender do lote; e ii) à existência ou não de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, que dê suporte à participação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019, concordo também com as conclusões expostas na instrução e no parecer ministerial. **De fato, apesar da ausência de justificativas técnicas específicas, penso ser possível, neste caso concreto, admitir a exigência de comprovação de experiência na prestação de serviços em ambiente hospitalar lato sensu, não subsistindo, assim, a aventada irregularidade.** Ademais, restou confirmada a ausência, no processo administrativo correspondente, de atestado de capacidade técnico-operacional em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP para fazer frente às condicionantes do Projeto Básico, o que indicaria a inabilitação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019..."*

Atenciosamente,

Sócrates Alves de Souza

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **SOCRATES ALVES DE SOUZA - Matr. 1686903-6, Diretor(a) de Engenharia e Arquitetura**, em 04/05/2020, às 14:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **39495509** código CRC= **B658C76C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF

00600-00000845/2020-89

Doc. SEI/GDF 39495509



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Administração Geral

Despacho - SES/SUAG

Brasília-DF, 04 de maio de 2020.

À SAG,

Reportamo-nos ao Despacho - SES/SAG 39479558, referente ao Ofício nº 2613/2020-GP 39441270, que encaminha a Decisão Nº 1225/2020 39441422 face à representação com pedido cautelar manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020, destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19.

A supracitada Decisão dispõe:

(...)

II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, **no prazo de 5 (cinco) dias:**

- a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;
- b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020;

(...)

Nesse sentido, informamos que anexamos a cópia integral do Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83, relativo à Dispensa de Licitação nº 453/2020 e que compreende os documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020.

Posto isto, restituímos os autos.

IOHAN ANDRADE STRUCK

Subsecretaria de Administração Geral/SES

Subsecretário



Documento assinado eletronicamente por **IOHAN ANDRADE STRUCK - Matr.1677744-1, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 05/05/2020, às 07:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=39575703 código CRC= **2AAE947D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural, lote s/n - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70770-200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 2195/2020 - SES/GAB

Brasília-DF, 05 de maio de 2020.

Senhora Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, reportamo-nos ao Ofício nº. 2613/2020 - GP, o qual encaminha cópia da Decisão nº. 1225/2020, referente a apreciação do Processo TCDF 674/2020-98-e, autuado em virtude da representação com pedido cautelar manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020, destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19.

Essa Corte de Contas, por intermédio da Decisão nº. 1225/2020 resolveu:

I – conhecer da representação manejada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, autuada nesta Corte sob o e-DOC nº. 6FB5F9F0;

II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;

b) disponibilize o acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020;

III – conceder o prazo de 5 (cinco) dias à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA. para, caso queira, apresentar os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos mencionados na representação;

IV – autorizar: a) o envio de cópia da representação, da Informação nº 35/2020 – DIASP1, desta decisão e do relatório/voto do Relator à SES/DF e à empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA.; b) a ciência desta decisão e do relatório/voto do Relator à representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush; c) o retorno dos autos à SEASP, para as providências pertinentes.

Atendendo a determinação incutida na Decisão ora em questão, submetemos as informações abaixo:

a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;

Resposta: Fora apresenta as informações por intermédio da Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde, 39486065 nos seguintes termos:

Trata-se o presente do Processo TCDF 674/2020-98-e, autuado em virtude da representação com pedido cautelar manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face do procedimento de

Dispensa de Licitação nº 453/2020, destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19.

DO BREVE HISTÓRICO E MOTIVO DA CONTRATAÇÃO

Inquestionável, pública e notória é a atual luta internacional de enfrentamento ao novo Corona Vírus - COVID-19.

Como bem enfatiza o Plano de Contingência para Epidemia da Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) do Distrito Federal, em 31 de dezembro de 2019, a China comunicou à Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a ocorrência de um surto de doença respiratória aguda grave, na província de Hubei, com maior concentração de casos na capital Wuhan. Nas semanas seguintes, foram detectados casos em outras províncias da China, que concentrava aproximadamente 99% dos casos ocorridos em todo o mundo (até 12 de fevereiro de 2020). Outros países também foram afetados, com predominância da ocorrência de casos importados da China, embora há registro de transmissão autóctone em alguns países. A evolução da situação levou a OMS a declarar o evento como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020, conforme estabelece o Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005).

Nesse contexto, considerando a organização do Plano Nacional Contingência para Infecção Humana pelo Coronavírus 2019 (COVID – 19), em que as atividades previstas são elaboradas a partir de uma classificação de risco em três níveis de resposta (Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública) e tendo em vista que o Ministério da Saúde (MS) declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em 04 de fevereiro de 2020, a organização das ações a serem desenvolvidas pela SES/DF já parte desse nível de resposta.

Com isso, em estrito respeito aos ditames normativos da Lei 13.979/20 que dispõe sobre medidas para o “enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, que serviu de cenário para a declaração de estado de calamidade pública no Brasil. Dentre essas medidas encontra-se a flexibilização nas regras de aquisição e contratação de bens e de serviços destinados ao combate à crise, aliada a isto, cita-se ainda como base das ações, o teor do DECRETO Nº 40.475, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, que declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus e Plano de Contingência para Epidemia da Doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19) do Distrito Federal.

É o breve relato do necessário.

DA MANIFESTAÇÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO QUANTO ÀS QUESTÕES TÉCNICAS DA SINRA.

Preliminarmente, cumpre- nos informar que em atendimento à DETERMINAÇÃO expressa do Senhor Secretário de Saúde, nos termos do Memorando Nº 106/2020 - SES/GAB (37735816), foi projetada a montagem e preparação do Hospital de Campanha no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, com a criação de 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), visando prevenir situação de calamidade pública tendo em vista que a capacidade de ocupação de leitos das unidades hospitalares na rede SES está esgotada.

Adiante, rememoremos que em resposta à grave situação epidemiológica,

foi editada, em 06.02.2020, a Lei federal nº 13.979 que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”. Em seu art. 4º da Lei n. 13.979, de 06.02.2020, a estabeleceu hipótese excepcional e temporária de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Trata-se, com efeito, de criação de nova hipótese de dispensa de licitação, que se soma às demais previsões estabelecidas no art. 24 da Lei 8.666/93. Conforme mencionado acima, em 20.03.2020 foi editada a Medida Provisória nº 926/2020, que “altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”.

Neste viés, em seu artigo 4 e seguintes, a lei supramencionada elenca a forma e possibilidade de flexibilização das contratações, entre elas, exige a apresentação de Termo de Referência ou Projeto Básico Simplificado, obedecidos os seguintes requisitos:

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

I - declaração do objeto; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

II - fundamentação simplificada da contratação; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

III - descrição resumida da solução apresentada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

IV - requisitos da contratação; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

V - critérios de medição e pagamento; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

a) Portal de Compras do Governo Federal; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

VII - adequação orçamentária. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

Vale ressaltar o Decreto Distrital n. 40.475, de 28.02.2020, declarou “situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, pelo período de cento e oitenta dias, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus”. Razão pela qual a PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL editou o Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 - PGDF/PGCONS que concluiu pela possibilidade jurídica das Contratações diretas, mediante dispensa de licitação, para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com fundamento no art. 4º da Lei federal nº 13.979/2020.

Ante a mais que justificada situação, bem como iminente necessidade de contratação emergencial de empresa especializada em construção civil para adequar o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha no sentido de implementar o Hospital de Campanha e criar 200 (duzentos) leitos de internação para pacientes em tratamento de coronavírus (COVID-19), conforme condições e especificações constantes na Projeto Básico da Dispensa de Licitação (Lei nº 13.979/2020), todo o Processo foi elaborado e guiado pelos Princípios da Administração Pública, com total observância as normas e critérios técnicos de aceitação das propostas. Por oportuno, salientamos que a SUAG, nos termos do Processo SEI nº 00060-00129560/2020-83, encaminhou publicação da Dispensa de Licitação com todos os requisitos e avaliação de propostas, conforme Documento Ofício Nº 453/2020 - SES/SUAG (38010201).

Passando para a sucinta análise das alegações prolatadas na Representação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, nos termos da Informação nº: 35/2020 – DIASP 1 (39441297) identifica-se em breve resumo que:

A Representante alega ter sido alijada da Dispensa de Licitação apesar de ser possuidora de amplo acervo técnico-operacional, vasta experiência em obras públicas e ter apresentado preço mais vantajoso. Nesse sentido, informa que foi divulgada a Ratificação da Dispensa de Licitação nº 453/2020 constando como vencedora do certame a empresa CONTARPP ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 26.412.148/0001-27, com a proposta no valor global de R\$ 5.092.313,27 (cinco milhões, noventa e dois mil, trezentos e treze reais e vinte e sete centavos), embora a Representante tenha apresentado proposta mais vantajosa, no valor de R\$ 4.405.470,12 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e doze centavos), atendido às exigência do Projeto Básico e comprovado a capacidade técnico-operacional para cumprir a obra no prazo especificado no Ofício nº 453/2020, de 01.04.2020. Alega a Representante que apesar da apresentação de reiterados pedidos administrativos junto à SES/DF, não lhe foram disponibilizadas as decisões que culminaram na sua inabilitação por parte do Setor de Licitações da SES/DF. Acrescentou que recebeu reiteradas negativas de disponibilização da integralidade dos documentos enviados pela empresa contratada durante o processo de dispensa de licitação. Por fim, requer a concessão de medida cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF a fim de obstar a continuidade da obra, iniciada desde o dia 15.04.2020, para construção do hospital de campanha no Estádio Nacional, sob alegação da existência de boletins de informação quanto ao quadro de evolução da COVID-19 demonstrando que os leitos atualmente disponíveis no DF já seriam suficientes para atender à população, principalmente nesse período de isolamento decretado pelo Governo Distrital, até que o Tribunal delibere sobre a matéria.

Ao receber tal Representação, o Eminent Relator MANOEL DE ANDRADE, em seu voto, de modo muito feliz em suas colocações, evidenciou que o

pedido cautelar formulado não cumpriu com os requisitos *fumus boni iuris* e *o periculum in mora*, por insuficiência na fundamentação e documentação acostada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, como mostramos no trecho do Voto que segue:

Quanto ao pedido cautelar formulado, num juízo de cognição sumária, inerente ao momento processual, compulsando os documentos trazidos aos autos, em cotejo com as alegações constantes da peça exordial, **não vislumbro, ao menos nesta análise superficial, a presença dos requisitos autorizadores para tanto.**

Embora considere que os indícios de irregularidades, se confirmados, podem trazer toda sorte de prejuízos ao erário, o que, data vênica merece a devida atenção por parte deste Tribunal, **os elementos constantes dos autos não são suficientes para fundamentar a adoção de medida tão draconiana.**

Ressalte-se que a concessão da referida medida somente deve ocorrer em situações excepcionais quando retratados, concomitantemente, de modo potencializados, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, haja vista que, se assim não for, sua aplicação pura e simples pode banalizar o referido instituto descaracterizando-o.

Sublinhe-se que, dado o caráter de excepcionalidade absoluta que a permeia, para sua concessão faz-se necessário a constatação da coexistência dos pressupostos autorizares, o que não ocorre nos presentes autos.

Numa análise perfunctória, a princípio, **não vejo descrita nenhuma situação objetiva de perigo, atual ou iminente, que justifique a concessão da liminar pleiteada, notadamente porque o mero receio de prejuízo não autoriza o deferimento de medida cautelar. Portanto, ausente o requisito do *periculum in mora*.**

No tocante ao *fumus boni iuris*, apesar de identificar a existência de mínimos indícios, nesta hipótese, entendo que os mesmos não são suficientes para ensejar a adoção de medida cautelar. Não se pode confundir o referido requisito com a irresignação da Representante.

Dessa forma, destacando-se o caráter perfunctório do exame realizado, por todo que fora exposto, entendo que o pedido liminar feito à exordial, não merece deferimento.

É imperioso destacar que tal entendimento do Excelentíssimo Relator foi acompanhado por Unanimidade pelo Órgão Colegiado de Contas.

Este entendimento unânime teve integral força pelo fato de que a empresa não detém razão em suas argumentações, tampouco conseguiu provar suas alegações.

Conforme Parecer Técnico n.º 62/2020 - SES/SINFRA/DEA (38375652), a empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI sequer foi habilitada no Tecnicamente no Processo, pois não apresentou Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, que viesse a comprovar a execução de serviços de manutenção predial ou construção de edificações Hospitalares, compatível com o vulto e complexidade do objeto da Dispensa de Licitação em comento, nos termos do Item 7.2.2 da Dispensa de Licitação nº 453/2020 - SES/SUAG (38010201), como demonstramos no trecho do Parecer:

RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI ME

TJDFT - 38359765, pág. 25.

Ministério da Defesa - 38361435, pág. 1.

BRB - 38361602, pág. 1.

Secretaria de Estado de Cultura - GDF - 38361602, pág. 11.

A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É DE **PARECER DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS**, POR NÃO TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações **hospitais**, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente dispensa de licitação.

Além disso, não consta nos autos as Certidões de Acervo Técnico para os atestados do TJDFT e do BRB.

PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS.

Portanto, não há se falar em análise de preço mais vantajoso, pois, nos termos da Dispensa de Licitação - Ofício Nº 453/2020 - SES/SUAG (38010201), a avaliação das propostas obedeceram os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor Preço pelo item, assim, compreende-se técnica e preço, como demonstramos parte da Dispensa:

Passada a fase de recebimento das propostas, as mesmas serão avaliadas de acordo com os critérios de aceitação previstos no Projeto Básico. **A empresa, cuja proposta tenha sido aprovada após avaliação técnica e que tenha ofertado menor preço pelo item** a ser adquirido, deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados a partir da solicitação, que será feita por meio do correio eletrônico contantes da proposta, toda a documentação de habilitação solicitada neste Ofício Circular, bem como no Projeto Básico.

Quanto à suposta omissão e negativa de publicidades a que declarou licitante vencedora da DISPENSA DE LICITAÇÃO 453/2020, não vislumbramos negativa de informação nos autos como alega a empresa. Ainda, informamos que esta Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde em momento algum recebeu Recurso por parte da Empresa para averiguação de sua Inabilitação Técnica. Ressaltamos, mais uma vez, nos termos do Item 7.2.2 da Dispensa de Licitação nº 453/2020 - SES/SUAG (38010201) que deve conter no Atestado de Capacidade Técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **a comprovação de que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação.**

DA CONCLUSÃO

Em limite ao âmbito desta SINFR, e por tudo que aqui fora analisado do ponto de vista técnico, S.M.J, restituímos os autos para Vossa Senhoria para que promova a resposta ao Órgão de Controle após análise superior desta manifestação somada à manifestação da SUAG, nos termos do Despacho - SES/SAG (39479558).

Em complementação a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, por intermédio do Despacho - SES/SINFR/DEA, 39495509, apresentou o que se segue:

Resposta: Trata-se do Processo TCDF 674/2020-98-e, autuado em virtude da representação com pedido cautelar manejada pela empresa RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, em face do procedimento de Dispensa de Licitação nº 453/2020, destinado à implantação de hospital de campanha no Estádio Nacional Mané Garrincha, para a criação de 200 (duzentos) leitos de internação destinados ao tratamento de pacientes com COVID-19.

Através da Decisão nº 1225/2020, o Tribunal de Contas do Distrito Federal resolveu:

I – conhecer da representação manejada pela empresa o RVA Comércio e Serviços de Construções – EIRELI, autuada nesta Corte sob o e-DOC nº. 6FB5F9F0;

II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a) manifeste-se em relação aos fatos alegados na Representação;

O teor do Projeto Básico (37922468) que embasa a análise técnica é o que segue:

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 A empresa deverá comprovar capacidade técnica mínima para executarem os serviços contratados.

7.2 Para a habilitação técnica, a empresa a ser contratada deverá comprovar qualificação técnica por meio dos seguintes documentos:

7.2.1 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa a ser contratada e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

7.2.2 Atestado de Capacidade Técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços de manutenção predial, reforma ou construção de edificações hospitalares, compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação.

Informamos que o Parecer técnico (38375652), constante no processo 00060-00129560/2020-83, explicita os motivos pelos quais a área técnica foi desfavorável a habilitação da empresa RVA Comércio e Serviços de Construções, aos quais esta Diretoria de Engenharia e Arquitetura **RATIFICA** o posicionamento.

"...A DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA É ~~PA~~RECE
DESFAVORÁVEL À HABILITAÇÃO SOB OS ASPECTOS TÉCNICOS
TER CUMPRIDO O ITEM 7.2.2, uma vez que não consta nos
autos Atestado(s) de Capacidade Técnico Operacional, comprovando que a
empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviços
de manutenção predial ou construção de edificações hospitalares,
compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da
presente dispensa de licitação.

Além disso, não consta nos autos as Certidões de Acervo Técnico para os atestados do TJDF e do BRB.

PROPOSTA DA EMPRESA NÃO ATENDE AS NECESSIDADES DO SERVIÇO/AQUISIÇÃO ESTABELECIDOS PELA SES/DF E AO PROJETO BÁSICO QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS..."

Citamos parecer análogo ao citado em que o Tribunal de Contas em seu Voto referente a DECISÃO Nº 964/2020, relativa ao Processo n.º: 14.166/2019-e, esclarece:

Ofício nº 2282-2020 (38858586), processo SEI 00060-00162875/2020-32:

*"...No que se refere às duas outras questões suscitadas no feito, relativas à i) pertinência de se requerer atestado de capacidade técnico-operacional atrelados a serviços prestados em determinados tipos de edificação, com característica administrativa ou hospitalar, a depender do lote; e ii) à existência ou não de atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP, que dê suporte à participação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019, concordo também com as conclusões expostas na instrução e no parecer ministerial. **De fato, apesar da ausência de justificativas técnicas específicas, penso ser possível, neste caso concreto, admitir a exigência de comprovação de experiência na prestação de serviços em ambiente hospitalar lato sensu, não subsistindo, assim, a aventada irregularidade.** Ademais, restou confirmada a ausência, no processo administrativo correspondente, de atestado de capacidade técnico-operacional em nome da empresa Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenções EIRELI – EPP para fazer frente às condicionantes do Projeto Básico, o que indicaria a inabilitação da Representante na Dispensa de Licitação n.º 37/2019..."*

Prosseguindo, cumpre informar que em atendimento ao item II, qual seja: **disponibilize o acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00129560/2020-83 e demais documentos relativos ao Contrato Emergencial nº 067/2020, a Subsecretaria de Administração Geral, por intermédio do Despacho - SES/SUAG, 39575703**, informou que fora anexado cópia integral do Processo SEI, 00060-00129560/2020-83, relativo à Dispensa de Licitação nº. 453/2020 e os documentos relativos ao Contrato Emergencial nº. 067/2020.

Por derradeiro, reiteramos que esta Secretaria de Estado de Saúde encontra-se à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

A Sua Excelência a Senhora
ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.1689145-7, Secretário(a) de Estado de Saúde do Distrito Federal**, em 05/05/2020, às 19:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:



http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **39641448** código CRC= **3697DBB7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) - Parque Rural sem número - Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70086900 -
DF
(61)3348-6104

00600-00000845/2020-89

Doc. SEI/GDF 39641448